

# REFLEXÕES SOBRE UMA ÉTICA DA INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE<sup>1</sup>

*Isa Maria Freire  
Universidade Federal da Paraíba, UFPB*

## 1. INTRODUÇÃO

Nosso propósito, neste capítulo, é seguir o fio das reflexões já realizadas em trabalhos anteriores a propósito da responsabilidade social dos profissionais da informação, de modo a tecer uma rede conceitual onde se entrelacem as ideias de ética da informação, consciência possível, inteligência coletiva e utopias planetárias, no contexto do regime de informação da sociedade em rede. Nessa abordagem, o padrão que une a trama desses fios é a possibilidade de inclusão social mediante a difusão das tecnologias digitais de informação e comunicação (TICs), especialmente para comunidades economicamente carentes.

Os indícios da relevância das TICs na economia e no cotidiano da população brasileira são revelados nas estatísticas do Comitê Gestor da Internet (2007) e da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (2006), bem como no mapa da inclusão digital do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2008), e estão disponíveis para consulta na Internet. O sucesso atual das redes sociais, especialmente do twitter<sup>2</sup>, tem pautado os principais jornais e revistas

---

<sup>1</sup> Publicado na revista **Ponto de Acesso**, v 4, n.3: 113-133, dez. 2010.

<sup>2</sup> “[...] uma rede social e servidor para microblogging que permite aos usuários enviar e re-

brasileiras, impressos e televisivos, e mesmo as pessoas que não dispõem de internet em casa facilmente reconhecem o prefixo <www> como sendo do domínio do virtual.

Os construtos e procedimentos que usamos para construir a tessitura do texto estão disponíveis em Araújo (1994; 2001), Araujo; Freire (1999), Assmann (2000), Castells (1999; 2003), Freire (1996; 2001; 2004; 2005; 2006; 2008; 2010), Ginzburg (1989), Goldmann (1970; 1979), González de Gómez (1999; 2003; 2004), Lazarte (2000), Lévy (1999; 2000), Mattelart (2002), Pinheiro (2009), Quéau (2001), Rondelli (2003), Wersig (1993) e Wersig e Neveling (1975).

Esperamos que o contexto criado em nosso tear interdisciplinar possa contribuir para revelar os indícios de uma consciência possível para a utopia planetária sobre uma ética da informação, na sociedade contemporânea.

## 2. A TECNOLOGIA DA SOCIEDADE EM REDE

A teia mundial da informação é o objeto das reflexões do sociólogo Manuel Castells (2003: 8), que rephraseia MacLuhan para expressar as possibilidades de comunicação na Galáxia da Internet: “a rede é a mensagem”. A relevância da Internet para a sociedade contemporânea seria tal que ele a define como “o tecido de nossas vidas”, especialmente por constituir a urdidura tecnológica para “a forma organizacional da Era da Informação: a rede”. Nesse processo, a diferenciação entre os que têm e os que não têm acesso à Internet, acrescentou uma nova forma de desigualdade e exclusão social às já existentes, a exclusão digital.

Em janeiro de 2003, a *Revista Inteligência Empresarial* abordou o problema da inclusão digital com uma mensagem de alerta: “a distância entre os providos e os desprovidos digitais está se alargando”, entre e intra países. Essa distância, denominada por Sorj (2003: 13) de “brecha digital”, resultaria da “distribuição desigual [...] dos recursos associados às tecnologias da informação e da comunicação”. E embora essas tecnologias não representem uma “solução mágica” para o complexo problema da desigualdade, sem dúvida “constituem [atualmente] uma das condições fundamentais da integração na vida social” (SORJ, 2003: 15). Em estudo pioneiro, Néri *et al.* (2003: 5), relacionaram as

---

ceber atualizações pessoais de outros contatos (em textos de até 140 caracteres, conhecidos como “tweets”), por meio do website do serviço, por SMS e por softwares específicos de gerenciamento.” Wikipedia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Twitter> Acesso em: 20, ago. 2010.

políticas de inclusão digital e a lei de Moore<sup>3</sup> com o objetivo de “subsidiar o entendimento de campanhas de doação de computadores”, definidas pelos autores como ações que buscam difundir o sucesso obtido pela tecnologia de ponta em grupos economicamente desfavorecidos, na premissa de que o “analfabetismo digital, ao afetar a capacidade de aprendizado, a conectividade e a disseminação de informações, gera consequências virtualmente em todos os campos da vida do indivíduo”.

Para Rondelli (2003), entretanto, a alfabetização digital é apenas uma parte do processo de inclusão digital, constituindo “a aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos”. Também, para Lázarte (2000: 51), os elementos necessários para inclusão não devem contemplar apenas o acesso físico à infraestrutura e a conexão em rede e computadores, mas, especialmente, a capacitação das pessoas para utilizar estes meios de comunicação da informação e, principalmente, para criar a “possibilidade de uma incorporação ativa no processo todo de produção, compartilhamento e criação cultural”, os chamados conteúdos. Pois na medida em que permitem que se estabeleçam relações descentralizadas e verticalizadas entre produtores e consumidores de informação e conhecimento, as mídias digitais possibilitam que ambos possam permutar suas funções e papéis sociais, ora como produtores, ora como consumidores dos processos e conteúdos que circulam na mídia digital. Por isso mesmo, Rondelli (2003) entende que “processos de inclusão só ocorrem se a ampliação do acesso a qualquer uma das mídias existentes for acompanhada da inserção dos indivíduos em um universo cultural e intelectual mais rico que os motivem a utilizá-las [...]”. Ademais que, como coloca Morin (1991: 75),

[..]. a cultura constitui um sistema generativo de alta complexidade [...] Neste sentido, a cultura deve ser transmitida, ensinada, aprendida, quer dizer, reproduzida em cada novo indivíduo no seu período de aprendizagem, para poder se autoperpetuar e para perpetuar a alta complexidade social.

É nesse sentido que Assmann (2000: 15) destaca que “as políticas públicas podem fazer a diferença”, de modo a favorecer o crescimento de uma sociedade da informação onde todos tenham “acesso a uma quota parte mínima dos novos

---

<sup>3</sup> Segundo essa lei, nos últimos 30 anos a unidade de potência dos computadores tem dobrado a cada 18 meses. Nesse cenário, a alta obsolescência tecnológica dos computadores levaria à possibilidade de doação de equipamentos computacionais em bom estado a grupos sociais economicamente carentes. (NÉRI *et all.*, 2003)

serviços e aplicações” das tecnologias digitais de informação e comunicação. Isto se torna necessário e urgente, porque

As novas tecnologias da informação e da comunicação já não são meros instrumentos no sentido técnico tradicional, mas feixes de propriedades ativas. São algo tecnologicamente novo e diferente. As tecnologias tradicionais serviam como instrumentos para aumentar o alcance dos sentidos (braço, visão, movimento etc.). As novas tecnologias ampliam o potencial cognitivo do ser humano (seu cérebro/mente) e possibilitam mixagens cognitivas complexas e cooperativas. (ASSMANN, 2000: 15)

Desse modo, uma parceria cognitiva se estabelece entre o ser humano e as máquinas inteligentes, uma vez que o papel das tecnologias de informação e comunicação

[...] já não se limita à simples configuração e formatação, ou, se quiserem, ao enquadramento de conjuntos complexos de informação. Elas participam ativamente do passo da informação para o conhecimento. Está acontecendo um ingresso ativo do fenômeno técnico na construção cognitiva da realidade. Doravante, nossas formas de saber terão um ingrediente [...] derivado da nossa parceria cognitiva com as máquinas que possibilitam modos de conhecer anteriormente inexistentes. Em resumo, as novas tecnologias têm um papel ativo e coestruturante das formas do aprender e do conhecer. Há nisso, por um lado, uma incrível multiplicação de chances cognitivas, que convém não desperdiçar, mas aproveitar ao máximo. (ASSMANN, 2000: 11)

Assim, a democratização do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação deveria ser vista como elemento fundamental nas políticas inclusão social. Nesse sentido, Assmann (2000: 6) aponta para a necessidade de formulação de políticas públicas que possam ajudar as populações economicamente carentes a se beneficiarem das vantagens do progresso tecnológico, promovendo “o acesso universal à info-alfabetização e à info-competência” de modo a reforçar o caráter democrático da sociedade da informação e difundir a cultura emergente. Contudo, em pesquisa recente Pereira (2009) identificou que as ações derivadas de políticas públicas de inclusão, em geral, não ultrapassam o nível de simples acesso à Internet.

Sendo este um problema socialmente significativo, Néri *et al.* (2003: 5) assinalam que “é preciso desenvolver tecnologias para o uso da tecnologia da informação no combate à pobreza e à desigualdade”, uma vez que

[...] o acesso à informação torna-se um fator-chave na luta contra a pobreza, a ignorância e a exclusão social [e por essa razão] não se pode deixar apenas nas mãos das forças do mercado o cuidado de regular o acesso aos conteúdos das ‘autovias da informação’. Pois são esses conteúdos que vão tornar-se o desafio fundamental do desenvolvimento humano nos âmbitos da sociedade da informação. (QUÉAU, 2001: 476)

Com relação a esse desafio, lembramos as sugestões de Araújo (2001: 12) no que diz respeito à atuação dos cientistas e profissionais da informação, na sociedade em rede:

[...] criar tecnologias, construir ferramentas [intelectuais] e sistemas mais eficazes, não só para gerenciar informação, mas, também para facilitar ao ser humano a transformação da informação em conhecimento e, conseqüentemente, em ação na sociedade.

Entretanto, como fazê-lo de forma distributiva e democrática?

A nosso ver, a tarefa depende menos da nossa ação no mundo, como sujeitos individuais ou coletivos, e muito mais da nossa conscientização sobre o poder transformador da informação,

[Pois] se a informação é a mais poderosa força de transformação do homem [o] poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa, tem capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo. (ARAÚJO, 1994. p.84)

E aqui se revela um pressuposto na nossa abordagem: a responsabilidade dos profissionais da informação na sociedade contemporânea, muito menos no que diz respeito à competência no uso das tecnologias e muito mais no que representa como uma visão de mundo<sup>4</sup>. Essa visão nos remete à aposta de Pascal retomada por Lucien Goldmann (1979: 194-196. Em itálico no original)<sup>5</sup> como fundamento da filosofia dialética:

[...] A aposta é fundamentalmente a expressão do paradoxo do homem e sua condição. Para que o homem viva como homem, ele deve engajar sua vida sem reservas, na esperança de um valor autêntico cujo sinal mais claro é que ela é *realidade*. É o paradoxo fundamental da condição humana: a união dos contrários, a união do espírito e da matéria, [...] porque essa realidade dupla é *encarnação*. [...]

[Em Georg Lukács,] reaparece essa ideia de que ser homem significa engajar sem reservas sua existência na afirmação eternamente improvável de uma relação possível entre o dado sensível e o sentido, entre deus e a realidade empírica atrás da qual ele se esconde, relação [...] que não se pode demonstrar e na qual, entretanto, é necessário engajar toda sua existência.

---

<sup>4</sup> Conforme Goldmann (1979: : 140 citado por Freire, 2001: : 73), as visões do mundo são fatos sociais e as obras filosóficas e artísticas configuram “expressões coerentes e adequadas dessas visões do mundo”. São expressões individuais e sociais ao mesmo tempo. Uma visão de mundo também pode ser abordada como expressão da “consciência possível” de um grupo ou sujeito coletivo da sociedade (GOLDMANN, 1970; FREIRE, 1996).

<sup>5</sup> O texto original é datado de 1954. Sobre a “aposta” de Goldmann no campo da Ciência da Informação, ver FREIRE, 2001.

Goldmann (1979) aposta na capacidade dos indivíduos construírem uma verdadeira comunidade humana no futuro e fundamenta nossa reflexão sobre o papel dos profissionais da informação, o qual, a nosso ver, seria o de contribuir, de um lado, para ampliar a teia mundial de comunicação da informação e, de outro, para diminuir a exclusão digital, aumentando as possibilidades de livre acesso aos estoques de informação.

Neste modelo, “o futuro é agora” (FREIRE, 2003), pois não estamos mais no espaço territorial, mas no *ciberespaço*<sup>6</sup>, cenário construído a partir das tecnologias digitais de informação e comunicação em rede criadas no início dos anos 1980 e que se tornaram um fenômeno econômico e cultural: redes mundiais de universitários e pesquisadores, redes empresariais, correios eletrônicos, comunidades virtuais e outras. Nesse contexto,

[...] tendências fundamentais, já atuantes há mais de 25 anos, farão sentir cada vez mais seus efeitos [...]. *O atual curso dos acontecimentos converge para a constituição de um novo meio de comunicação, de pensamento e de trabalho para as sociedades humanas.* (LÉVY, 2000: 11. Em itálico, no original).

Na visão de Wertheim (2001: 32),

[...] o ciberespaço está vindo à luz numa explosão ante nossos próprios olhos [...] Estamos testemunhando o nascimento de um novo domínio, um novo espaço que simplesmente não existia antes. [...] temos aqui uma versão digital da expansão cósmica de Hubble, um processo de criação de espaço. [...] Esse espaço formou-se, a partir do nada, em pouco mais de um quarto de século, o que faz dele o ‘território’ de mais rápido crescimento da história.

Nesse processo, a cibercultura

[...] acompanha o desenvolvimento da Internet, do ciberespaço, mas também de novas técnicas de representação (imagens numéricas, realidade virtual, televirtualidade, comunidades virtuais...). Ela é fundamentalmente ligada à mundialização em curso e às mudanças culturais, sociais e políticas, [e] apoia-se sobre esquemas mentais, modos de apropriação social, práticas estatísticas muito diferentes das que conhecíamos até agora [criando] uma enorme quantidade de comportamentos inovadores cujas consequências sociais e culturais ainda não puderam ser suficientemente estudadas. (QUÉAU, 2001: 478)

---

<sup>6</sup> “[...] palavra de origem americana, empregada pela primeira vez pelo autor de ficção científica William Gibson, em 1984 no romance *Neuromancien*. [...] designa ali o universo das redes digitais, como lugar de encontros e de aventuras, [...] nova fronteira econômica e cultural. [Hoje,] designa menos os novos suportes de informação do que os modos originais de criação, de navegação no conhecimento e de relação social, por eles propiciados” (LÉVY, 1999: 104. Em itálico, no original).

Assim, a nosso ver, mais do que criar tecnologias intelectuais inovadoras o verdadeiro desafio do campo da informação seria contribuir para criar, na sociedade em rede, uma consciência da imensa riqueza coletiva, em escala mundial, que o acesso gratuito ao domínio público mundial da informação representa. É nesse sentido que

No centro da cibercultura se tece um desafio profundamente ético. Bem mais do que definir um código de conduta para a Internet ou uma regulação para o comércio eletrônico, trata-se de um debate necessariamente democrático sobre o futuro da sociedade mundial, com a participação mais ampla possível dos interessados, isto é, dos seis bilhões de cidadãos planetários. (QUÉAU, 2001: 479)

E, com essas colocações, nos aproximamos do padrão que [re]une nossa rede conceitual nesta comunicação sobre uma ética da informação para a sociedade presente e futura, cujos indícios logramos encontrar n' *A inteligência coletiva* de Pierre Lévy (2000) e na *História da utopia planetária* de Armand Mattelart (2002).

### 3. A UTOPIA PLANETÁRIA DE PIERRE LÉVY

Embora não seja citado nas 432 páginas do livro, a proposta da *inteligência coletiva*<sup>7</sup> de Pierre Lévy apresenta muitas das características de utopias planetárias citadas por Mattelart (2002) e identificadas ao longo da história humana registrada.

Para Lévy (2000: 60) podemos estar vivendo “um desses momentos extremamente raros em que uma civilização inventa a si própria, deliberadamente [de modo que] em pouco tempo, teremos passado [...] de uma humanidade a outra”. Nesse processo, “escolhas políticas e culturais fundamentais abrem-se diante dos governos, dos grandes atores econômicos, dos cidadãos. Não se trata apenas de raciocinar em termos de *impacto* [...], mas também em termos de *projeto*” (LÉVY, 2000: 13. Em itálico, no original). Esse projeto seria coletivo, representando a oportunidade para o exercício de um novo humanismo, que inclui e amplia o ‘conhece-te a ti mesmo’ (do Oráculo de Delfos, adotado por Sócrates) para um ‘aprendamos a nos conhecer para pensarmos juntos’, generalizando o ‘penso, logo existo’ (de Descartes) para um ‘existimos eminentemente como comunidade’ (que, por sua vez, reflete a visão de Kant), sugerindo, para Lévy (2000), a hipótese da emergência de um novo *espaço antropológico*<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Publicada originalmente em 1994.

<sup>8</sup> Definido como “um sistema de proximidade (espaço) próprio do mundo humano (antro-

Nesse modelo, Lévy (2000: 22) assinala que ao longo do tempo histórico as sociedades humanas desenvolveram espaços antropológicos a partir da possibilidade do primeiro grande espaço (a Terra) aberto à nossa espécie: “só os seres humanos vivem sobre a Terra; os animais habitam em nichos ecológicos”. Os modos de conhecimento específicos desse primeiro espaço são os mitos e os ritos: a identidade “se inscreve ao mesmo tempo no vínculo com o cosmo e na relação de filiação ou de aliança com outros homens” (LÉVY, 2000: 23). O segundo espaço, o Território, teria emergido com o neolítico e suas inovações sócio-culturais: a agricultura, a cidade, o estado e a escrita. Neste espaço os modos de conhecimento dominantes já se baseiam na escrita: “começa a história e o desenvolvimento dos saberes de tipo sistemático, teórico ou hermenêutico” e surgem as instituições orientadas por lógicas de pertencimento ou de exclusão. O terceiro espaço, das Mercadorias, tem o fluxo como princípio organizador: fluxo de energias, de matérias-primas, mercadorias, capitais, mão-de-obra, informações. Este espaço não elimina os anteriores, contudo,

[...] supera-os em velocidade. É o novo motor da evolução. A riqueza não provém do domínio das fronteiras, mas do controle dos fluxos. Daí por diante reina a indústria, no sentido amplo de tratamento da matéria e da informação. A ciência experimental moderna é um modo de conhecimento típico do novo espaço [...] Desde o fim da Segunda Guerra Mundial ela passa a dar lugar a uma ‘tecnociência’, movida por uma dinâmica permanente da pesquisa e da inovação econômica. (LÉVY, 2000: 24)

É nesse contexto que emerge, na sociedade contemporânea, o espaço caracterizado pela “inteligência e [...] saber coletivos, cujo advento definitivo não está em absoluto garantido por certas ‘leis da história’” (LÉVY, 2000: 24) e que teria a vocação de comandar os demais espaços. Nesse espaço do saber, as tecnologias digitais de informação e comunicação nos permitem criar e percorrer mundos virtuais, colocando sobre novas bases os problemas do *laço social* e abrindo possibilidade não somente para pensarmos coletivamente a aventura humana, mas, principalmente, para influenciá-la “mediante invenção de formas de pensar e se relacionar que contribuam para fazer emergir inteligências coletivas na humanidade” (LÉVY, 2000: 33). Na sociedade contemporânea, que conjuga o futuro no presente, isto se tornaria inadiável porque “o saber tornou-se a nova infraestrutura” (LÉVY, 2000: 19).

Para Lévy (2000: 18), a nova dimensão da comunicação humana no *espaço do saber* deveria nos permitir “compartilhar nossos conhecimentos e apontá-los

---

pológico) e, portanto, dependente de técnicas, de significações e das emoções humanas” (LÉVY, 2000: 23).

uns para os outros, o que é a condição elementar da inteligência coletiva”. O problema da inteligência coletiva, nesse contexto, seria inventar uma linguagem “para além da escrita”, ou um processo de comunicação “para além da própria linguagem”, de tal modo que o “tratamento da informação pudesse ser distribuído e coordenado por toda parte” (LÉVY, 2000: 18). Por sua vez, no espaço do saber seria necessário “engajar a singularidade, a própria identidade *peçoal* na vida profissional”, numa dupla mobilização subjetiva, “bastante individual, de um lado, mas ética e cooperativa, de outro” (LÉVY, 2000: 23. Em itálico, no original).<sup>9</sup> Nesse contexto, a inteligência coletiva representaria a possibilidade de uma sociedade humana mundialmente conectada em rede e fundada no “reconhecimento e enriquecimento mútuo das pessoas” (LÉVY, 2000: 27). Contudo, o autor esclarece que

[...] a inteligência coletiva não é um conceito exclusivamente cognitivo. Inteligência deve ser compreendida aqui como na expressão ‘trabalhar em comum acordo’ [...] Trata-se de uma abordagem de caráter bem geral da vida em sociedade e de seu possível futuro. [...] Essa visão de futuro organiza-se em torno de dois eixos complementares: o da *renovação do laço social* por intermédio do conhecimento e o da *inteligência coletiva* propriamente dita. (LÉVY, 2000: 26. Em itálico, no original)

Uma inteligência distribuída por toda parte: eis o axioma proposto por Lévy. Para ele, a inteligência coletiva tem início com a cultura e cresce com ela, pois pensamos “com ideias, línguas, tecnologias cognitivas recebidas de uma comunidade” que nos antecedeu (LÉVY, 2000: 29). Em um coletivo inteligente, a comunidade assumiria como objetivo a “negociação permanente da ordem estabelecida, de sua linguagem, do papel de cada um, o discernimento e a definição de seus objetos, a reinterpretção de sua memória” (LÉVY, 2000: 31). Desse modo, o projeto da inteligência coletiva coloca-se como um “processo de crescimento, de diferenciação e de retomada recíproca das singularidades”, e nele uma engenharia do *laço social* torna-se extremamente relevante podendo ser vista como “a arte de suscitar coletivos inteligentes e valorizar ao máximo a diversidade das qualidades humanas” (LÉVY, 2000: 32. Em itálico, no original). O núcleo da engenharia do *laço social* é a *economia das qualidades humanas* e sua ação implica uma *ética da inteligência coletiva*, encarnada num grupo da humanidade que Lévy chama de *justos* (LÉVY, 2000: 33).

Para exemplificar essa ética e seus praticantes, Lévy (2000: 35) usa uma história bíblica bem presente no imaginário ocidental, como segue:

---

<sup>9</sup> Nesse ponto, e a nosso ver, encontramos na utopia de Lévy (2000) indícios da filosofia de Pascal, conforme descrita por Goldmann (1979).

[...] **Gênesis, capítulos 18 e 19.** Um grande clamor se ergue contra Sodoma e Gomorra devido a seus pecados. Tendo Deus resolvido destruir essas cidades, nas quais se cometiam muitas injustiças, decide falar primeiro a Abraão. [...] o patriarca enceta com o Eterno uma extraordinária sessão de negociação: “Talvez haja cinquenta justos na cidade! [...] Sucederia ao justo o mesmo que ao culpado?” [Na negociação,] Deus concede a Abraão a salvação da cidade, caso ali se encontrassem [...] dez justos apenas.

Ao cair da noite, dois anjos chegam às portas de Sodoma. Nada, em sua aparência, indica que sejam enviados de Deus. Para todos, são pessoas de passagem [...] Lot, que estava sentado à entrada da cidade, convida esses estrangeiros à sua casa [...] segundo as regras da hospitalidade. Eles ainda não haviam se deitado quando a população de Sodoma se reúne em torno da casa de Lot e pede para ver os estrangeiros, ‘para deles abusar’. Lot se recusa a entregar seus hóspedes [...] A demonstração permitiu contar o número de justos em Sodoma: apenas um. [...]”

Na interpretação de Lévy (2000: 36 a 39 *passim*. Em itálico, no original), o texto mostra

[...] a força de pessoas vivas e ativas, os ‘justos’, capazes de trabalhar para a existência do mundo humano.

Qual o crime de Sodoma? A recusa à hospitalidade. [...] Ora, a hospitalidade representa eminentemente o sustentáculo do laço social, concebido segundo a forma da reciprocidade: o *hóspede* é tanto aquele que recebe como o que é recebido. E cada um deles pode se tornar estrangeiro. [...] A hospitalidade consiste em atar o indivíduo a um coletivo. Contrapõe-se inteiramente ao ato de exclusão. O justo inclui, “insere”, reconstitui o tecido social. Em uma sociedade de justos, e segundo a forma de reciprocidade, cada um trabalha para incluir os outros. [No mundo contemporâneo] onde tudo se move, onde todos são levados a mudar, a hospitalidade, moral dos nômades e migrantes, torna-se moral por excelência.

Por que é preciso ao menos dez justos para que a cidade seja poupada? [...] Porque é preciso uma força coletiva para manter um coletivo. [...] Dez é o início do anonimato. São necessários pelo menos dez, pois os justos devem ter passado pela prova da *sociedade dos justos*. [...] Os justos só são eficazes, só conseguem manter a existência de uma comunidade constituindo uma inteligência coletiva.

Abraão é o justo por excelência. [...] Ao negociar com Deus [...] ele valoriza e desdobra ao máximo o potencial do bem; chama atenção para a bondade dos outros. [E] inventa a engenharia do laço social.

Assim, a negociação de Abraão com Deus representaria a primeira tecnologia de otimização dos efeitos das menores qualidades positivas presentes em um coletivo humano: seja em nível das empresas, das administrações, ou ainda das regiões ou nações, na sociedade em rede as necessidades econômicas deverão se associar à exigência ética, pois “na economia do futuro, o capital será o homem total” (LÉVY, 2000: 42).

Essa visão humanista do futuro nos leva de volta à *História da utopia planetária* de Mattelart (2002: 230), que reconhece Paul Otlet e Henri La Fontaine como “visionários da universalidade do conhecimento humano”. Mattelart (2002: 47-48) os considera como fundadores de uma “nova ciência da organização sistemática da documentação”, iniciativa que, a seu ver, “é produto de um espírito visionário”, característica que Figueiredo (1996) já havia ressaltado, em texto sobre Otlet e o Centenário da Federação Internacional de Informação e Documentação. Matterlart (2002: 232) assinala que o texto de Otlet e La Fontaine sobre o ‘conhecimento universal’ é ao mesmo tempo um programa de ação e uma síntese do espírito das realidades do ‘internacionalismo’, um termo que nesta perspectiva não seria mais exclusivo do socialismo. Na sua *História*, o autor descreve o campo privilegiado de ação de Otlet e La Fontaine como ‘documentação’, e esclarece que

[...] apesar de não ter cunhado o termo, eles fazem dele a base de uma nova ciência, tendo criado, em 1895, o Instituto Internacional de Bibliografia, com o objetivo de estudar ‘as questões concernentes ao Livro e à organização sistemática da Documentação em bases internacionais e universais’. (MATTELART, 2002: 233),

Esse Instituto promoveu, em 1910, o primeiro congresso mundial das associações internacionais, onde se decidiu o lançamento da revista *La Vie internationale*, que seria porta-voz de uma recém-criada União das Associações Internacionais, à qual aderiram de imediato 32 organizações. A perspectiva social da União era indicada no programa: “Contribuir para desenvolver as relações além das fronteiras, para crescer a solidariedade humana e para assegurar a paz entre as nações” (MATTELART, 2002: 233 e 234); sua “expressão lírica” foi transcrita como: “Fazer do mundo uma só cidade e de todos os povos uma só família”. A proposta de Otlet e La Fontaine tinha como objetivo não somente a universalização do conhecimento, mas, especialmente, que todos tivessem acesso à informação, a qual representaria a possibilidade de realização do conhecimento no indivíduo, no seu grupo e na sociedade. Nesse sentido, é possível entender como visionária “a ideia de bibliografia como registro, memória do conhecimento científico, desvinculada dos organismos, como arquivos e bibliotecas, e de acervos” (PINHEIRO, 1997: 28), assim como identificar nas atividades do Instituto a origem da Ciência da Informação no contexto da emergência do espaço do saber.

E aqui, relacionamos a utopia planetária de Otlet e La Fontaine ao conceito de inteligência coletiva de Lévy e ambos ao contexto da Internet<sup>10</sup>, a

---

<sup>10</sup> Ver FREIRE, 2005.

qual engendra um mundo virtual que propicia possibilidades reais para criação de novas formas de universalização do conhecimento humano. Nesse sentido, temendo que o ciberespaço seja reservado à elite, Lévy (2000: 65) destaca a necessidade e urgência de democratizar o acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação, de modo a oferecer “a uma coletividade o meio de proferir um discurso plural, sem passar por representantes”. Suas previsões são de que

[...] a capacidade mínima para navegar no *ciberespaço* se adquirirá provavelmente em tempo muito menor que o necessário para aprender a ler e, como a alfabetização, será associada a muitos outros benefícios sociais, econômicos e culturais além do acesso à cidadania. [...] A democracia em tempo real visa a constituição do ‘nós’ mais rico.<sup>11</sup> (LÉVY, 2000: 63 e 67)

Como acredita que as redes de comunicação e as memórias digitais serão, em breve, suporte para a maioria das representações e mensagens em circulação no planeta, Lévy (2000) defende a hipótese de que é possível, e até desejável, produzir dispositivos que encarnem ou materializem efetivamente a inteligência coletiva:

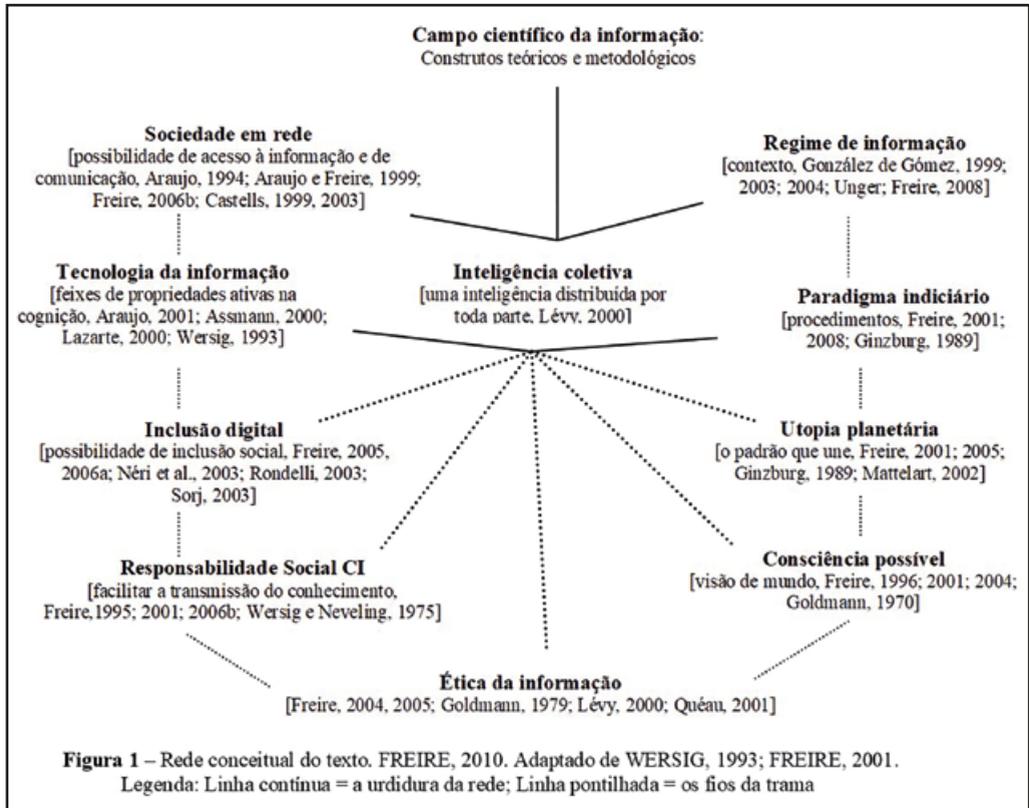
[...] temos em mente vastas redes digitais, memórias, informáticas, interfaces multimodais interativas, rápidas e nômades das quais os indivíduos poderão se apropriar facilmente. Imaginamos, sobretudo, uma relação com o saber diferente da que hoje prevalece, a instauração de um espaço de comunicação não-midiático, uma profunda renovação das relações humanas [...] uma reinvenção da democracia. (LÉVY, 2000: 94).

Desse modo, Lévy (2000: 208 e 147) termina por afirmar sua inteligência coletiva como “uma utopia do instável e do múltiplo”, que responderia “a uma ética do melhor, mais que a uma moral do Bem”, definindo os coletivos intelectuais como “meios humanos que encorajam as subjetividades a se singularizar continuamente”. Para ele, “o projeto da inteligência coletiva não adia a [possibilidade da] felicidade para mais tarde [dando] sequência à proposta de emancipação da filosofia das Luzes” (LÉVY, 2000: 209). É esse quadro referencial que nos permite situar a inteligência coletiva de Lévy (2000) no âmbito

---

<sup>11</sup> A propósito do sujeito coletivo (‘Nós’), observem o que diz Goldmann (1979: 18-19): “[...] Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O *sujeito* da ação é um grupo, um ‘Nós’, mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse ‘Nós’ e a transformá-lo numa soma de várias individualidades distintas e fechadas umas às outras. Há entre os homens uma outra relação possível além da relação de sujeito a objeto ou da de Eu e Tu: é uma relação de comunidade que chamaremos o ‘Nós’, expressão de uma ação comum sobre um objeto físico ou social” (Itálico no original).

das utopias planetárias e, como corolário, indício de uma consciência possível para uma ética na sociedade em rede. Na Figura 1, a seguir, desenhamos a rede do texto, tendo como *atrator conceitual* (cf. WERSIG, 1993) o construto *inteligência coletiva*:



## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse cenário de transformações reais, cresce a *responsabilidade social* dos profissionais da informação, tanto como produtores de conhecimento no campo científico quanto como *facilitadores* na comunicação da informação para usuários que dela necessitem, na sociedade, independentemente dos espaços sociais onde vivem e dos papéis que desempenham no sistema produtivo. Crescem, também, as possibilidades de serem criados instrumentos para efetiva comunicação da informação e do conhecimento, de modo a apoiar atividades que fazem parte do próprio núcleo de transformação da sociedade: “Pois embora a informação sempre tenha sido uma poderosa força de transformação, o capital, a tecnologia, a multiplicação dos meios de comunicação de massa e

sua influência na socialização dos indivíduos deram uma nova dimensão a esse potencial” (ARAUJO, 2001: 15).

Pois atualmente estamos presenciando a ‘nova relevância de um fenômeno antigo’, a informação, cuja área de ação e atuação, ao longo do século XX, cresceu de tal modo a identificar-se com a sociedade contemporânea, qualificada como ‘sociedade da informação’. Neste contexto, acrescentamos a contribuição de Quéau (2001: 480) ao quadro das utopias planetárias, quando coloca que “o mundo precisa de uma visão, de um projeto que possa levar em conta [todos os indivíduos], especialmente os mais pobres e mais deserdados”. Como Lévy (2000), ele elege o estrangeiro o símbolo da diferença por ser a imagem do ‘outro’, lembrando que existem muitos ‘outros’: “o desempregado, o pobre ou o iletrado. [Estes,] quase por natureza, são excluídos da sociedade da informação” (QUÉAU, 1998: 270).

Enfim, encerrando essas breves reflexões, podemos considerar que no caso de uma ética para a sociedade da informação não há um manual de procedimentos a ser consultado, nem tampouco um mapa do caminho a seguir. O que, de certo modo, representa uma oportunidade histórica para a discussão e o posicionamento dos cientistas e profissionais da informação sobre formas de atuação como *inteligência coletiva*, no sentido de pensar e desenvolver modos e meios para inclusão digital de populações social e economicamente carentes, *pari passu* com ações pela cidadania e inclusão social. Como a vivência de uma ética pessoal e coletiva que considere a possibilidade de contribuir para o acesso livre à informação pelos mais diferentes grupos sociais.

Transportar, nas *asas da informação*<sup>12</sup>, o conhecimento para todos aqueles que dele necessitem: esta seria, a nosso ver, a parte que nos cabe na tarefa coletiva de construir uma sociedade em rede democrática e justa.

Porém, este é um trabalho que as utopias planetárias podem até inspirar, e um sujeito coletivo como a Ciência da Informação pode até tomar como mote. Mas que caberá aos sujeitos individuais realizarem no anonimato existencial de cada vida, desde que vivida para *apostar* na unidade do gênero humano e numa filosofia de mútua reciprocidade e solidariedade. Para não esquecer que o ‘outro’ sou eu, na dupla hélice do DNA.

---

<sup>12</sup> Uma metáfora que criamos para o conceito de informação como “representação do conhecimento” (Farradane, 1980) e usamos para ilustrar a proposta de Wersig e Neveling (1975) sobre a responsabilidade social da Ciência da Informação.

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, V. M. R. H. de. (2001) Miséria informacional. O paradoxo da subinformação e superinformação. **Revista Inteligência Empresarial**, n.7, abril.
- ARAUJO, V.M.R.H. de. (1994) **Sistemas de recuperação da informação: nova abordagem teórico-conceitual**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação da UFRJ.
- ARAUJO, V. M. R. H. de; FREIRE, I. M. (1999) Conhecimento para o desenvolvimento: reflexões para o profissional da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.9, n.1.
- ASSMANN, H. (2000) A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2.
- BOURDIEU, P. (1994) O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática.
- CASTELLS, M. (2003) **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- CASTELLS, M. (1999) **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra.
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI). (2008) **Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC domicílios e TIC empresas 2006**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.cetic.br/tic/2006/indicadores-2006.pdf>>. Acesso em: jan.
- FARRADANE, J. (1980) Knowledge, information and information science. **Journal of Information Science**, v.2.
- FIGUEIREDO, N. (1996) Paul Otlet e o centenário da FID. In: IBICT. **Organização do conhecimento e sistemas de classificação**. Brasília: IBICT.

FREIRE, I. M. (2010) A consciência possível para uma ética da informação na sociedade em rede. In: Gustavo Henrique de Araujo Freire (Org.). **Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações**. João Pessoa: Ideia. p. 123-141.

FREIRE, I. M. (2008) Um olhar sobre a produção científica brasileira na temática epistemologia da ciência da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.1, n.1.

FREIRE, I. M. (2006a) Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital de comunidades. **Ciência da Informação**, v.35, n.3.

FREIRE, I. M. (2006b) Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, v.35, n.2.

FREIRE, I. M. (2005) A utopia planetária de Pierre Lévy: uma leitura hipertextual d'a inteligência coletiva. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.10, n.2.

FREIRE, I. M. (2004) O desafio da inclusão digital. **Transinformação**, v.16, n.2.

FREIRE, I. M. (2003) O futuro é agora. **Revista Você S/A**, ago.

FREIRE, I. M. (2001) **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. Tese (Dout. Ciência da Informação). Rio de Janeiro: IBICT – UFRJ.

FREIRE, I. M. (1996) O desviante secreto: um exercício conceitual. **Ciência da Informação**, v.25, n.3.

FREIRE, I. M. (1995) Informação; consciência possível; campo. Um exercício com construtos teóricos. **Ciência da Informação**, v. 24, n.1.

GINZBURG, C. (1989) **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. SP: Cia. das Letras.

GOLDMANN, L. (1979) **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOLDMANN, L. (1970) Importância do conceito de consciência possível para a informação. In: COLÓQUIOS FILOSÓFICOS DE ROYAUMONT. **O conceito de informação na ciência contemporânea**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. (2004) Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, v.33, n.1.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. (2003) Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, v. 15, n. 1.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. (1999) Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v.1, n.1: 57-93.

INCLUSÃO DIGITAL: a brecha para que o Brasil se aproxime de seus excluídos. **Revista Inteligência Empresarial**, n.14, janeiro 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2007) **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): síntese de indicadores: 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/comentarios2006.pdf>. Acesso em: set.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). (2008) **Mapa de Inclusão Digital**. 2008. Disponível em: <<http://inclusao.ibict.br>>. Acesso em: dez.

KONDER, L. (1992) **O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAZARTE, L. (2000) Ecologia cognitiva na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2.

LÉVY, P. (2000) **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. SP: Loyola.

LÉVY, P. (1999) **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34.

MATTELART, A. (2002) **História da utopia planetária**: da cidade profética à sociedade global. Porto Alegre: Ed. Sulina.

MORIN, E. (1991) **O paradigma perdido**: a natureza humana. 5ed. Lisboa: Europa-América.

NERI, M.; CARVALHAES, L.; NERI, A. L.; PIERONI, A. (2003) Lei de Moore e Políticas de Inclusão Digital. **Revista Inteligência Empresarial**, n.14, jan.

PEREIRA, P. M. S. (2009) **Necessidade e uso de informação no contexto da inclusão digital**: uma visão da política de inclusão digital de Quissamã/RJ. 2009. Dissertação (Mestr. Ciência da Informação). Niterói: UFF: IBICT.

PINHEIRO, L. V. R. (1997) **A Ciência da Informação entre sombra e luz**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. 1997. Tese (Dout. em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Comunicação.

QUÉAU:, P. (2001) Cibercultura e info-ética. In: MORIN, E. (Org.). **A Religação dos Saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

QUÉAU:, P. (1998) A revolução da informação: em busca do bem comum. **Ciência da Informação**, v.27, n.2.

RONDELLI, E. (2003) **Quatro passos para a inclusão digital**. Disponível em: [www.icoletiva.com.br](http://www.icoletiva.com.br).

SORJ, B. (2003) **brasil@povo.com**: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: Unesco.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. (2008) Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n.2.

WERSIG, G., NEVELING, U. (1975) The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**, v.9, n.4.

WIKIPEDIA. [http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina\\_principal](http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal)

